

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos, para registro de preços de horas máquina.

Com a nova Lei de Licitações o ETP passou a ser um instrumento imprescindível e integrante da fase interna de planejamento, que serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, propiciando eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos, posto que a realização de estudos previamente delineados por vezes conduz o agente público ao conhecimento de novas metodologias ofertadas pelo mercado.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

A municipalidade não possui toda a estrutura necessária para realização das demandas das Secretarias de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos. As Secretarias de Desenvolvimento Rural e de Viação e Obras dispõem de equipes de profissionais e máquinas para a manutenção da malha viária e para o atendimento e melhorias das propriedades rurais. Porém o parque de máquinas da Prefeitura em sua grande maioria já tem uma vida útil considerável o que acarreta um volume muito grande de manutenções que oneram os cofres públicos agressivamente. Também se precisa considerar que o município possui uma extensa malha de estradas vicinais que percorrem as comunidades rurais e que precisa de reparos recorrentes, o que tem se mostrado impossível a execução apenas com o parque de máquinas municipal. Essas estradas são de suma importância para a manutenção da produção agropecuária e a trafegabilidade de veículos leves e pesados nas estradas municipais de leito natural. Ainda, além do atendimento à Secretaria de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, por vezes faz-se necessária a utilização de horas máquina por outras Secretarias da Administração Municipal, como por exemplo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que necessita de serviços para abertura de novos parques industriais, a Secretaria de Viação e Obras, que necessita de serviços tanto em vias públicas quanto em serviços dentro de próprios públicos, entre outros que se fizerem necessários.

2. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2024;
- II) Data de publicação no PNCP: 24/01/2024;
- III) Id do item no PCA: 1355;
- IV) Classe/Grupo: SERVIÇOS DE LEASING OU ALUGUEL RELACIONADOS A OUTROS BENS;



V) Identificador da Futura Contratação: 987541-25/2024.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

A empresa deverá apresentar, no ato da assinatura do Registro de Preços:

I. Documento de veículo/máquina/equipamento que será utilizado na execução do objeto em nome/propriedade da empresa ou de seus sócios, quando a empresa não possuir o veículo/máquina/equipamento em seu nome poderá ser apresentado juntamente com o seu documento o contrato de locação ou outro documento hábil firmado entre o proprietário e a empresa licitante.

II. Documento pertinente para comprovar a qualificação do operador da máquina, Certificado ou Diploma no respectivo Curso Profissionalizante ou de Formação específico.

III. Comprovação do vínculo do operador da máquina acima referido com a empresa. O vínculo poderá ser comprovado das seguintes formas:

a) Se empregado, através do Contrato de Trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Ficha de Registro de Empregados, em que conste o licitante como contratante.

b) Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma, contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio.

c) Se o vínculo for de natureza civil apresentar Contrato de prestação de serviços regido pela legislação comum.

IV. Os operadores disponibilizados deverão ser devidamente qualificados para a operação do respectivo equipamento. A comprovação se dará através da apresentação do documento pertinente, seja CNH ou Diploma no respectivo Curso Profissionalizante.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

Estima-se que haverá necessidade da contratação de 7 tipos de máquinas diferentes, num total de 10.500 horas, conforme os processos licitatórios anteriores.

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)



SOLUÇÃO 01: As Secretarias de Viação e Obras e de Agricultura eventualmente precisam realizar serviços em prol da comunidade, para manutenção de estradas e serviços nas regiões urbana e rural do município, o que não pode ser prejudicado. Porém, tais serviços são realizados de forma restrita, pois a prefeitura não possui mão-de-obra e nem todos os equipamentos necessários e os que existem encontram-se avariados em processo de manutenção, inclusive;

SOLUÇÃO 02: Aquisição de equipamentos pela Prefeitura;

SOLUÇÃO 03: Realização de um Pregão Eletrônico;

SOLUÇÃO APONTADA COMO VIÁVEL: A solução apontada como a SOLUÇÃO 03 apresenta-se, na ótica da Secretaria de Planejamento responsável pela elaboração deste ETP, como a mais viável devido ao tempo para realização do pleito.

A solução 01 tem resultado prejudicado, seja pela disponibilidade restrita de mão-de-obra e de equipamentos seja pelo fato de que o uso das máquinas disponíveis é bastante intenso pela Prefeitura que não consegue atender todas as demandas de interesse da população urbana e rural do município.

A solução 02 é inviável pois não há recursos orçamentários disponíveis muito menos tempo hábil e não seria razoável adquirir pelo volume de recursos públicos absurdos que seriam investidos, para realizar trabalho necessário, mas limitado no tempo.

A presente contratação segue os moldes utilizados em outras instituições públicas. Esta forma de contratação também é comum na iniciativa privada. Não há requisitos que possam ensejar a restrição de mercado, uma vez que há várias empresas que fornecem os serviços dentro dos requisitos estabelecidos.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)

O valor estimado da contratação é de R\$ 3.376.464,00 (três milhões, trezentos e setenta e seis mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais). O valor foi obtido através de cotações e pesquisa de preços públicos e aplicado a média dos mesmos, conforme documentação disponibilizada pelo Departamento de Compras e anexo a este ETP.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

Tendo em vista as análises acima, temos clara a necessidade de garantir que o trabalho realizado pelas Secretarias não pode ser prejudicado pela falta de máquinas em bom estado, e como o custo para aquisição de máquinas é muito



elevado, bem como sua posterior manutenção, a solução mais viável e econômica é contratação dos serviços.

A solução que melhor atende às necessidades da Administração é contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de horas máquinas através da intenção de registro de preços.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

A contratação não será separada em cotas, conforme inciso III do Art. 48 da Lei Complementar 123/2006 - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

9. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

Os resultados previstos com a presente contratação são:

Melhoria do tráfego, evitar erosão, diminuir a poeira, melhorar o aspecto urbano da cidade;

Manter e melhorar o estado das ruas urbanas e estradas vicinais;

Drenar as águas pluviais, sem provocar erosão;

Manter em bom estado de tráfego as estradas vicinais;

Evitar acidentes, dar segurança à população;

A contratação de empresa para prestação de serviço de horas máquina visa garantir a execução dos serviços necessários para o desenvolvimento de outras atividades no município. Além disso, a contratação prevê serviço de máquinas com mão-de-obra especializada e manutenção por conta da contratada, o que desonera o erário, pois no custo da hora-máquina tais itens já estarão contemplados.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.



Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	José Carlos Ventura Junior
Fiscal administrativo:	Mariza Alves de Lima Silvestro
Fiscal de Recebimento/Execução:	Jonatan Santin
Fiscal Técnico:	
Suplentes:	Marcio Shikasho, suplente do Fiscal de Recebimento

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Não há necessidade/demanda de contratações correlatas ou interdependentes no presente objeto desta Contratação.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

13. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação.

14. VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala

Não se aplica.

15. VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto



Modalidade de licitação: Pregão (SRP)

Critério de julgamento: menor preço

Modo de disputa: Aberto

16. IX - A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio:

Não se aplica.

17. X - A análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

a) Fase de Planejamento

RISCO 1	
Risco: Ressalvas no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Minuta do Contrato.	
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta
Dano	
Atraso no Processo de Contratação	
Ação Preventiva	Responsável
Estabelecer padrões claros para a elaboração de documentos, incluindo modelos padronizados para o Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Minuta do Contrato. Isso ajuda a manter consistência e clareza	Secretaria de Planejamento
Ação de Contingência	Responsável
Analisar lições aprendidas com processos anteriores, especialmente aqueles que envolveram ressalvas nos documentos, para evitar repetição de erros e melhorar os processos de redação. Envolver a Procuradoria Jurídica desde as fases iniciais para revisar o Termo de Referência e a Minuta do Contrato, garantindo conformidade legal e evitando ressalvas jurídicas. Oferecer treinamento adequado à equipe responsável pela elaboração dos	Secretaria de Planejamento
	Procuradoria Jurídica
	Secretaria de Administração e Finanças



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

documentos, abordando questões técnicas, legais e de redação.

RISCO 2

Risco: Licitação Deserta

Probabilidade: (x) Baixa () Média () Alta

Impacto: (x) Baixa () Média () Alta

Dano

Perda do processo

Ação Preventiva	Responsável
Planejamento considerando a contratações anteriores e as atuais necessidades para estabelecer orçamento atrativo	Departamento de Compras

Ação de Contingência	Responsável
Novo planejamento para posterior licitação	Secretaria de Planejamento

RISCO 3

Descrever aqui o risco: Contratada Com Profissionais Desqualificados

Probabilidade: (x) Baixa () Média () Alta

Impacto: (x) Baixa () Média () Alta

Dano

O equipamento não ser utilizado por não ter manutenção

Ação Preventiva	Responsável
Constar no planejamento a análise dos requisitos imprescindíveis à aquisição	Secretaria de Planejamento

Ação de Contingência	Responsável
Exigir comprovações e solicitar que a contratada tome as providências cabíveis caso seja necessário	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS

b) Fase de Gestão do Contrato

RISCO 1

Descrever aqui o risco: Não conformidade da execução com as normas vigentes

Probabilidade: () Baixa (x) Média () Alta

Impacto: () Baixa (x) Média () Alta

Dano

Diminuição/atraso dos trabalhos junto as comunidades

Ação Preventiva	Responsável
Gerenciamento e Fiscalização	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS

Ação de Contingência	Responsável
----------------------	-------------



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Notificações Extrajudiciais

SECRETARIA DE AGRICULTURA,
MEIO AMBIENTE E RECURSOS
HIDRICOS

18. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação

Não se aplica.

Dois Vizinhos, 11 de março de 2024.

Bianca Cristina Schreiber
Agente Administrativo
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 18188-1